

## **“EU COMECEI A SER VISTA NA ESCOLA ASSIM: A PROFESSORA FEITICEIRA, MACUMBEIRA, A PROFESSORA QUE TRABALHA COM VIADAGEM [...]”: ETNIAS E GÊNEROS EM DISCURSO**

Roniel Santos Figueiredo (1); Marcos Lopes de Souza (2).

*1-Biólogo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) do Órgão em Relações Étnicas e Contemporaneidade (ODEERE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. Email: ronielbiologia@hotmail.com. 2- Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) da UESB, campus de Jequié. Email: [markuslopesouza@gmail.com](mailto:markuslopesouza@gmail.com).*

### **Resumo**

As discussões sobre as diferenças são consideradas formas de enfrentamentos na sociedade contemporânea em que muitas forças se unem buscando o silenciamento dessas marcas. Assim, o presente trabalho se debruça sobre situações de enfrentamentos, recuos e movimentos realizados por uma professora da rede estadual de educação da Bahia que discute cultura afro-brasileira, diversidade de gênero e sexual em sua prática pedagógica. Esse trabalho tem por objetivo analisar os discursos sobre etnicidade, gênero e sexualidade que emergem do trabalho desenvolvido por essa professora com as questões das diferenças em uma escola periférica. Trata-se de uma investigação qualitativa que se detém às sensações, movimentos e subjetividades envolvidas nesse processo. Para a produção dos dados foram utilizadas duas formas de entrevistas: narrativa para a professora participante e semiestruturada para a diretora e porteiro da instituição. As observações e vivências do primeiro autor também no campo também constituem aspectos importantes na análise. Esse estudo investe em uma abordagem pós-crítica que amplia as categorias de análises, enquanto na teoria crítica o foco de análise é classe social, na pós-crítica outros marcadores são discutidos como nacionalidade, regionalismo, gênero, sexualidade, etnia, geração, entre outros. Os discursos são analisados segundo a perspectiva foucaultiana. As discussões apresentam os movimentos de investidas e recuos dessa professora e a forma que a comunidade a percebe no que tange às suas discussões sobre aspectos da diferença. É evidente também os processos discriminatórios que ela sofre por discutir essas questões e, sobretudo, por fazer parte de uma religião de matriz africana.

**Palavras-chave:** Gênero, etnia, religião de matriz africana, diferença.

### **INTRODUÇÃO**

Pensar, discutir e se debruçar sobre as diferenças, na contemporaneidade, pode ser considerado como ações de enfrentamento em uma sociedade em que muitas forças se somam para a manutenção das padronizações e enquadramentos. Pensar o diferente, o dissidente e o excêntrico, portanto, é uma ação de ruptura, tendo em vista a forma em que a temática é atravessada por vigilâncias, controles e normatizações que ditam as formas em que o diferente [não] pode ser expresso. Transgredir as normas é como vestir-se com um sinalizador, que chama a atenção da

sociedade para o que ainda considera como um problema. Ser diferente, apesar de todos os clichês publicitários - que insistem no “ser diferente é normal” - ainda é visto como um desvio que precisa ser corrigido e são diversas as instâncias que se empenham nessa tarefa corretiva. Portanto, anuncio que o presente trabalho se propõe a pensar as diferenças, de maneira mais específica as étnicas e de gênero, sem a intenção de esgotar as possibilidades de análises do estudo, mas com o intuito de contribuir para as reflexões dessas áreas.

A presente pesquisa utiliza de uma perspectiva relacional para pensar as discussões sobre sexualidade, que foram constantemente permeadas pelo contexto histórico, cultural e social, havendo períodos em que foi percebida como algo fluido, sem a necessidade de tantos controles e normatizações, ocorrendo a formação por meio das vivências e observações das pessoas próximas. Em outros momentos, assim como o atual, a sexualidade foi/é, geralmente, encarada como algo estritamente privado e íntimo, não cabendo a discussão de maneira ampla e coletiva, sendo vastamente divulgada nos meios midiáticos, e pouco discutida nos demais espaços formativos, como escola e família. Isso se deve ao fato de a sexualidade ser considerada uma questão pessoal e privada, permeada por decisões morais e religiosas (LOURO, 2008). O mesmo ocorre com outros marcadores da diferença como classe, raça e etnia, que geralmente, são percebidos de maneira dicotomizada, em que há o padrão e as formas derivadas, que são ilegítimas e devem ser controladas e corrigidas.

Nesse contexto, esta investigação tem como foco de estudo as vivências de uma professora que discute cultura afro-brasileira, gênero e sexualidade em uma escola de periferia do município de Jequié-BA e os discursos da comunidade escolar sobre o trabalho dela a respeito dessas questões, diferindo da maioria dos trabalhos encontrados, revelando especial importância social e acadêmica, ao entender que a mobilização dessa professora fortalece as discussões sobre gênero e sexualidade e a compreensão desse movimento pode contribuir para que outros/as professores/as possam repensar o contato com a temática e, possivelmente, discuti-la também em suas práticas pedagógicas.

Assim, esse trabalho tem por objetivo analisar os discursos sobre etnicidade e gênero que emergem do trabalho desenvolvido por uma professora com as questões das diferenças em uma escola periférica.

## **BREVE APANHADO METODOLÓGICO**

Em uma pesquisa como essa que se propõe discutir etnias, diversidade sexual e de gênero, as subjetividades e questões individuais interferem em todo o percurso do trabalho, desde os/as

interlocutores/as da pesquisa, até os aspectos subjetivos do pesquisador, portanto, a metodologia selecionada foi a qualitativa que se detêm às ideias, sensações, dúvidas e questionamentos dos/das participantes (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010).

Analisar o caso de uma professora que se propõe a discutir aspectos de diferença na educação básica, como cultura afro-brasileira, diversidade sexual e de gênero, pode ser considerado como uma situação atípica, tendo em vista o contexto em que diversos/as professores/as, mesmo após participarem de processos formativos continuados que consideraram satisfatórios não se perceberam aptos/as para discutirem diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Assim, apresentar uma professora que assume essas discussões supracitadas trata-se de uma situação que destoa das demais, um caso que escapa do ordinário, um ponto fora da linha. Dessa forma, esse trabalho se aproxima - sem pretensão de categorizar-se - do que para Yin (2001) é um estudo de caso. Segundo o autor: “[É] uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência” (YIN, 2001, p. 23).

Saliento ainda, que este trabalho aposta em um rigor metodológico que possibilita a percepção de outras nuances da situação estudada, se aproximando dos estudos pós-críticos. Uma das características dessa abordagem é a ampliação das categorias de análises, enquanto na teoria crítica o foco de análise é classe social, na pós-crítica outros marcadores são discutidos como nacionalidade, regionalismo, gênero, sexualidade, etnia, geração, entre outros. Esse aspecto, diz de uma desconstrução da teoria marxista que coloca a classe como centro das discussões sociais, secundarizando os outros aspectos envolvidos nas relações sociais.

Nessa pesquisa foram utilizados dois tipos de entrevistas: narrativa para a professora e semiestrutura para os/as demais participantes da pesquisa, quais sejam, a diretora e o porteiro da instituição em que a professora trabalha.

Os discursos foram analisados em uma perspectiva foucaultiana. Não entendo esse tipo de movimento como análise do discurso, por compreender que Foucault não se empenhou nessa tarefa, diferentemente de outros/as autores/as, mas que ele criou uma “teoria do discurso” que possibilita caminhos analíticos que assumem o enfoque de que a linguagem enquanto discurso não se reduz apenas a um conjunto de signos que tem por finalidade a comunicação ou expressão de algum pensamento, entendendo, portanto, o discurso como uma posição de interação que se relaciona com o social e possui uma intencionalidade (FOUCAULT, 1988).

No decorrer do texto opto por chamar a professora participante como “Santos”, a fim de manter o anonimato de sua identidade.

## OCULTISMOS ESCOLARES: ARTICULAÇÃO ENTRE GÊNERO E ETNIA

O primeiro ponto que emerge da entrevista realizada com a professora Santos é o de uma situação em que ela foi acusada de realizar práticas de ocultismo em sua escola como relatou no fragmento a seguir:

No final das aulas eu tirava sempre 10 minutos para fazer uma terapia com eles e usava música... Aí nessa terapia, era relaxamento, eles começaram a dizer que eu estava usando o ocultismo. Aí eu fiz o primeiro relaxamento, fiz o segundo, no terceiro relaxamento eu não consegui fazer mais, por que tinham oito alunos que não me deixavam fazer. Eles diziam que eu estava trabalhando o ocultismo e o que eles fizeram... Eles chegaram na igreja deles, por que eles eram evangélicos e falaram para o pastor e a pessoa que conduzia eles que tinha uma professora que trabalhava na escola viadagem e coisas diabólicas. Que professora era essa? Era a professora de história e que trabalhava ética também, que ela fazia isso na escola. A pessoa que era responsável por eles ligou para a escola querendo saber da direção da escola quem era a professora Santos. [...] Aí ele disse assim: “olha, por que os alunos chegaram aqui na Igreja falando e relatou e eu estou ligando por que eu sou ...”. Era um trabalho que ele desenvolvia com os meninos na igreja, então como ele desenvolvia esse trabalho, ele não concordava que eu, a professora na escola, fizesse esse trabalho com eles na escola por que eles eram... por que eu estava fazendo um trabalho de ocultismo, que era um trabalho diabólico e aí abriu o leque lá falando coisas pecaminosas, isso por telefone e que ele não queria que eu continuasse na escola. Olha só que confusão! Aí Lúcia 7 disse assim: Não, mas a professora Santos é uma professora que já trabalha há tanto tempo aqui na escola o projeto. Ela me mostrou qual é o projeto que ela está trabalhando, eu autorizei ela a trabalhar e ela não está fazendo nada disso [...] Aquietou aí, aquietou vírgula, os meninos continuaram levando para ele e aí, **eu comecei a ser vista na escola assim: A professora feiticeira, macumbeira, a professora que trabalhava com viadagem, que vivia na viad....** [...] (FRAGMENTO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA SANTOS).

É perceptível que a escola lida com as diferenças de maneira normativa e discriminatória. Um padrão é colocado como modelo que deve ser seguido, aquelas/aqueles que não se aproximam desse padrão são silenciados/as no ambiente escolar. A estrutura escolar é feita para silenciar a diferença. A escola uniformiza, não apenas as vestimentas, mas os corpos, os gestos, as atitudes. Transpor essas barreiras que são construídas socialmente e que são reiteradas na escola é uma atitude subversiva. Afirmar a diferença é transgredir o “esperado” e essa atitude, geralmente vem carregada de estigmatizações sociais. Estar fora da norma é ter inscrito em seu corpo as marcas de

ser diferente, é ser apontado como o/a ridículo/a, a/o inferior, a/o estranha/o. Assim, a professora Santos foi acusada de trabalhar com a diferença, ela foi marcada por realizar uma prática, que na sua perspectiva era um relaxamento e foi lida por algumas/ns alunas/os como “ocultismo”. Ao ouvir a professora relatar essa situação, fiquei bastante surpreso, pois nas escolas que já trabalhei muitos/as professores utilizam de técnicas de relaxamento para serenar os/as discentes, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem. Mas nunca pensei que algum/a deles/as seria acusado/a de estar realizando uma atividade de “ocultismo”. Talvez esse meu primeiro pensamento, também perpassasse pela cabeça daqueles/as que se debruçam sobre a leitura desse texto. Contudo, um ponto importante é quem é essa professora? O que ela tem de diferente dos/as professores/as que realizam práticas semelhantes? Qual é a marca social da diferença que ela carrega?

A professora que protagoniza essa situação é declaradamente umbandista - não me recordo de nenhuma outro/a professor/a, na minha trajetória escolar, que se declarasse umbandista ou de outra religião de matriz africana. - Dessa forma o lugar que essa professora ocupa é diferente da posição direcionada as/aos outros/as professores/as. Talvez, o fato de eu não me recordar de outros/as docentes assumidamente de religiões “marginais” seja pela dificuldade que “muitas pessoas [...] têm [...] em se assumirem publicamente de uma religião que tem o histórico de não ser reconhecida com respeito, ou mesmo de se assumirem enquanto ateias por temerem rechaços e discriminações” (DUQUE, 2014, p. 62).

Esse processo de associar imagens lidas como demoníacas às religiões de matriz africanas é muito comum de ocorrer como mostra Vagner Silva (2007) ao analisar o livro *Orixás, caboclos & guias. Deuses ou demônios?* de autoria de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, principal igreja neopentecostal brasileira. Nesse livro o autor utiliza de imagens de rituais de religiões de matriz africana para convencer o/a leitor/a que as religiões afro-brasileiras são diabólicas por realizarem “sacrifícios de animais, transe de possessão por espíritos, culto aos mortos, uso da magia para fazer malefícios etc.” (SILVA, 2007, p. 213-214). As imagens que são aferidas buscam levar o entendimento que essas religiões são sanguinárias, maléficas e pouco “evoluídas”. Essa ideia que as pessoas que fazem parte de religiões afrobrasileiras servem ao demônio, ou fazem pactos com entidades que “batalham” contra deus são veiculadas em diversos meios, sobretudo, aqueles liderados pelas igrejas [neo] pentecostais como rádios e canais de televisão. Pois, ao interligarem o mal à ação do demônio e realizarem exorcismos em seus púlpitos, em que o mal eliminado é comumente uma entidade das religiões afrobrasileiras elas reiteram a associação dessas religiões aos cultos não divinos. Essa situação é potencializada por uma visão em

que todas as ações cotidianas, por mais corriqueiras que sejam, estão relacionadas a forças sobrenaturais. Em um lógica binária: se é algo bom: deus quem fez; Se algo ruim acontece, o diabo agiu sobre aquele fato. Contudo, ao negar e combater a fé de matriz africana os neopentecostais, paradoxalmente, legitimam as práticas dos terreiros, como ações poderosas que são capazes de intervir na vida das pessoas que dela participam. Em um processo de resignificação as entidades que estão nos terreiros como santos ou espíritos bons são trazidas para essas igrejas como demônios. Ou seja, esses espíritos também fazem parte da vivência religiosa neopentecostal como aponta Mariano (1996) ao analisar essas questões na IURD:

Mas, nesse afã inquisitorial, ironicamente, a Universal legitima (ainda que pelo avesso, demonizando o que nas religiões rivais é santo, espírito de luz) e incorpora, sincreticamente, elementos da crença, do rito e da visão de mundo da umbanda, do candomblé e mesmo do catolicismo popular. Ao invocar, incorporar, humilhar e exorcizar deuses do panteão das religiões inimigas, torna-as parte integrante de sua própria identidade. Isto é, sem o Diabo, o Grande Adversário incessantemente combatido e expulso, travestido ritualmente nas conhecidas e, muitas vezes, estigmatizadas figuras do Exu, dos caboclos, pretos-velhos e orixás, a Universal não seria o que é nem o que presume ser (MARIANO, 1996, p. 127).

Ao refletir sobre essas questões e conectá-las às narrativas da professora Santos pude perceber que a professora Santos ao ser lida como uma mulher servente ao demônio foi aproximada a figura de uma bruxa, uma feiticeira - adjetivo que foi utilizado pelos/as alunos/as para definirem a professora. Pois, na Idade Média, a Europa cristã católica e protestante perseguiram as mulheres acusadas de bruxaria nos séculos XVI e XVII. Eram consideradas bruxas as mulheres que não seguiam a fé cristã, principalmente a fé católica e tinham a sua imagem relacionada aos pecados capitais, especialmente os da gula e luxúria. Elas eram consideradas adoradoras do demônio e pessoas sem controles, que se rendiam aos “vícios” comumente. As bruxas representavam os medos da sociedade daquela época em que a religiosidade era a forma de ver, refletir e agir a cerca dos fatos sociais, contexto que tem sido reproduzido na contemporaneidade. Outra questão importante de ser percebida é que a bruxaria era uma acusação designada às mulheres por acreditarem que elas eram mais propensas a serem usadas pelo demônio, por terem uma “natureza” incompleta e imperfeita. O ser que derivou da costela. Nesse sentido fica o questionado: será que se fosse um professor homem que realizasse o relaxamento ele seria julgado como praticante de ocultismo? (CHICANGANA-BAYONA; SAWCZUK, 2009; BERNARDI, 1985).

Esse entendimento sexista foi usado para condenar muitas mulheres no período da inquisição, por serem acusadas de heresia como discorre Ramón Grosfoguel (2016):

Milhões de mulheres foram queimadas vivas, acusadas de bruxaria, ainda nos primórdios da Modernidade. Dadas as suas qualidades de autoridade e liderança, os ataques constituíram uma estratégia de consolidação do patriarcado centrado na cristandade, que também destruía formas autônomas e comunais de relação com a terra. A Inquisição foi a vanguarda dos ataques. A acusação era um ataque a milhares de mulheres, cuja autonomia, liderança e conhecimento ameaçavam o poder da aristocracia, que se tornava a classe capitalista transnacional tanto nas colônias quanto na agricultura européia (GROSFOGUEL, 2016, p. 42).

Ao retornarmos para as narrativas da professora Santos podemos articular esses processos produtores de discursos que condenavam mulheres por serem “bruxas” e por terem pacto com o demônio à situação em que a professora foi exposta. Pois os discursos tomaram outra roupagem e foram reconstruídos, no entanto, continuaram a serem utilizados para julgar e condenar uma mulher por não fazer parte de uma religião judaico-cristã e associar a sua imagem ao pecado e ao demônio. Assim, parto das mesmas compreensões de Moreira e Al-Alam (2013) que ao pensarem sobre os significados que o termo feitiçaria recebia em 1879 disseram que:

Tomamos aqui a expressão “feitiçaria” como um termo construído pelas elites na interpretação amedrontada da religião do outro. O estranhamento cultural perante o desconhecido, relacionado a um imaginário desqualificador das práticas religiosas tidas como exóticas fez com estes indivíduos utilizassem a expressão pejorativamente (MOREIRA; AL-ALAM, 2013, p. 126).

Nesse sentido, as religiões de matriz africana ocupam o espaço das bruxarias contemporâneas, pois escapam do sistema judaico-cristão hegemônico e se por um lado são designados às essas religiões o lugar de margem e silenciamentos no decorrer da história, por outro elas são sinais de resistência e utilizam de diversos artifícios para sobreviverem ao longo dos séculos e manterem seu legado, mesmo em uma sociedade, muitas vezes, hostil e fundamentalista. Como aponta João Reis (1785, p.71): “[...] duas regras básicas de sobrevivência da religião afrobrasileira nos tempos da repressão eram a aliança com pessoas privilegiadas e a discrição”. Na contemporaneidade essas e outras táticas são incorporadas na tentativa de escapar das manifestações preconceituosas.

Um dos argumentos mais utilizados para justificar essas práticas discriminatórias é a falta de conhecimento, como se as pessoas não tivessem contato nenhum com as religiões de matriz africana e por isso tivessem repulsa e agissem de maneira preconceituosa. Por outro lado, as falas da professora Santos revelam que alguns/as desses alunos/as possuem conhecimento sobre os terreiros, sobre as práticas das religiões de matriz africana e, talvez, utilizam desse conhecimento para, de alguma forma, “competir” pelo poder com essa professora. Diversos são os meios em que informações a respeito das religiões de matriz africana são veiculadas, geralmente a partir da perspectiva do exótico, cômico, estranho e supersticioso, geralmente marcadas pela presença de “piadas” e “brincadeiras”. Essas situações de conhecimento das religiões de matriz africana são apresentadas nesses dois relatos:

Estava acontecendo os jogos e estava passando as músicas que desfaz da mulher. Aí eu fui chamar a atenção dos meninos, do pessoal que estava controlando a música. Eram os alunos mesmos. Aí chamei uma vez, chamei duas. Aí fiquei aí de um lado observado. Quando de repente eu olho e ta um menino do lado: “ O macumbeiro faz assim”! O macumbeiro faz assim!”(*dançando*). Isso inclusive em uma sexta feira e eu estava com blusa branca. Aí ele fazia o gesto de como ta dançando no terreiro. Ele dançava e olhava para mim e eu olhava para ele assim... E todo mundo olhando para mim para ver a minha reação, mas aí eu respirei e falei assim: “Eu não vou reagir, eu não vou fazer nada!”. Por que o que eu poderia dizer nesse momento? Eu fiquei quieta e aí um aluno foi e disse assim: “Oxe rapaz, o que é isso?” – Reclamou com ele. Aí ele terminou parando (FRAGMENTO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA SANTOS).

A semana passada mesmo pela manhã eu estava cá embaixo na igreja (anexo da escola). Aí os meninos estavam fora da sala e eu disse: “O que vocês estão fazendo fora da sala? Vamos, vamos, vamos!” Aí um menino virou e disse assim: ”Ê professora, e a macumba?”. Eu só fiz responder para eles assim: “ a macumba está ótima!”. Aí ele arregalou os olhos para mim assim... e eu disse: “ a macumba é boa!”. Aí ele foi para sala eu também não disse nada e ele também não perguntou nada. Aí uma professora foi saindo da sala ela me olhou, deu aquele risinho e foi para a secretaria. Também ela não me questionou nada e eu também não questionei nada. Ficou o dito pelo não dito. Então acontece dessas coisas, por que eu sou muito visada na escola (FRAGMENTO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA SANTOS).

Que a escola é um local de relações de poder não é novidade, afinal, a sua estrutura é claramente hierárquica, em que os poderes são bastante delimitados, ou ao menos, parece que a instituição educacional deseja que assim o seja. Contudo, pensar que os poderes operam de forma

estabelecida verticalmente e que seguem regras e regimentos é analisar de maneira ingênua as relações humanas que são estabelecidas dentro da comunidade escolar. Para Foucault (1989), só há relação de poder quando há resistência, quando ela inexistente, há apenas uma relação de dominação. É importante, nesse contexto, salientar que o poder permeia todas as faixas sociais e todos os grupos, porém, há aqueles que culturalmente em um processo histórico-social conseguiram estabelecer maior poder sobre outros grupos, submetendo-os às suas vontades. Nas palavras do autor, não devemos:

[...]tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1989, p. 183).

Desse modo, as colocações de Silveira são pertinentes ao dizer que: “[...] não se pode pensar que haja encontros angelicais entre dois sujeitos, absolutamente divorciados de referências de hierarquia, de poder e persuasão, ainda que as posições de domínio, direção e supremacia sejam objeto constante de disputas” (SILVEIRA, 2007, p. 123).

Não argumento isso como forma de justificar as práticas discriminatórias realizadas pelos/as discentes, mas busco compreender a engrenagem que movimenta essa relação relatada pela professora em que os mecanismos de poder geram regimes de saber e verdade. Para tanto, analiso essa situação pensando a professora e alunos como duas agências diferentes (discente, docente) que, de alguma forma, mantêm uma relação perpassada por poder. Assim, partindo dessa análise, a nomenclatura utilizada pelos/as discentes para designar a professora funciona como maquinismo de disputa de poderes, uma forma de desestabilizar a posição que hierarquicamente a escola lhe confere ao “inventá-la” como professora. O que assim como os demais “cargos” (diretor/a, alunos/as, funcionários/as, etc.) constitui uma posição de sujeito na hierarquia da comunidade escolar. Digo isso para entendermos que Santos, ao entrar na escola não é apenas a pessoa, mulher e mãe Santos, ela é a **professora** Santos e esse título vem carregado de responsabilidades e ações que

são “esperadas” para uma professora, lhe inserindo dessa forma no grupo docente, uma vez que a linguagem constitui o sujeito.

Ao trazerem nas falas elementos da vivência religiosa de Santos, o que geralmente é lido como assuntos íntimos e particulares, os/as alunos/as geram uma rachadura na identidade docente da professora, como uma forma de descaracterizar a autoridade que a escola lhe conferiu pelo cargo que ela exerce. Em outras palavras, é como se dissessem que uma macumbeira, feiticeira e praticante de ocultismo não deveria ser vista como as outras professoras. Essa situação é potencializada pelo processo histórico de construção da identidade docente, em que era preconizado um processo de desvinculação da “intimidade” do/a professor/a do seu fazer. Buscando uma forma “imparcial” de ensinar, em uma pedagogia tradicionalista. É muito comum ouvir professores/as utilizam expressões com o teor: “aqui eu sou apenas professor/a, não importa o que eu faço lá fora!” reiterando essa necessidade de separação de identidades.

Os/As alunos/as geram um [falso] binarismo ao associar a identidade docente com a identidade religiosa da professora Santos, pois o papel socioculturalmente construído para o/a professor/a é o de uma pessoa boa que deva servir de inspiração para os/as seus/as alunos/as, um verdadeiro exemplo de conduta e moral ( LOURO, 2007). No entanto, ao lerem a professora como feiticeira, macumbeira e perceberem esses aspectos como algo ruim, a vêem como uma pessoa que faça mal a sociedade, ou ao menos, que tenha potencial para isso já que frequenta terreiros e participa de rituais “macabros”. Ao polarizarem essas duas identidades os discentes agem como se esses dois aspectos fossem coisas inconciliáveis, ou seja, ela não pode ser ao mesmo tempo macumbeira e professora.

A professora Santos ocupa duplamente essas posições de discriminações: por ser de religião de matriz africana e por discutir em suas aulas questões voltadas para gênero e diversidade sexual. Como aponta o termo em destaque na fala dela, passou a ser vista como professora macumbeira e a professora que trabalhava com a viadagem. O fato de ela trabalhar com essas questões lhe aproxima desses grupos estigmatizados e ela se tornou também uma pessoa “marcada” pelos processos vexatórios. Como aponta Louro (2007) ao analisar essas questões a respeito das diversidades sexuais: “como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (LOURO, 2007, p. 29)”. Assim, muitos/as preferem se abster de falar sobre essas questões ou se afastam desses grupos, essa situação também ocorre com as

peças que são de religião de matriz africana, ou que de alguma forma carregam em si os marcadores sociais da diferença.

## [IN] CONCLUSÕES

A presente pesquisa está em andamento e faz parte da dissertação do primeiro autor desse trabalho e alguns pontos já se apresentam como relevantes: o quanto as pessoas que carregam as marcas sociais da diferença são estigmatizadas na sociedade contemporânea e, conseqüentemente, no ambiente escolar; A necessidade de mais agentes que discutam essas questões, formando uma rede de resistência que fortaleça o diálogo sobre essas questões nos ambientes formais de educação.

Por fim, compreendo que apesar das amarras e percalços, é interessante persistir, insistir no trabalho, mesmo que ocorram derrotas, que muitos/as não estejam dispostos/as a ouvir e que tenhamos de recuar algumas [muitas] vezes. Como diz Louro (2007), discutir sobre os aspectos da diferença, em uma abordagem que desestabilize as normas, é uma posição política. É assumir uma postura que caminha na contramão dos discursos hegemônicos a respeito da temática e, portanto, muitos/as não desejarão que coloquemos esses discursos sob suspeita.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia pela bolsa concedida para execução dessa pesquisa. Ao Órgão de Relações Étnicas e Contemporaneidade- ODEERE pelo subsídio para a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BERNARDI, Marcello. **A Deseducação sexual**. (tradução de Antonio Negrini). Novas buscas em educação; v.21. São Paulo: Summus, 1985.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo; SAWCZUK, Susana Inês González. Bruxas e índias filhas de Saturno: arte, bruxaria e canibalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 507, jan. 2009.

DUQUE, T. Religiosidades e Educação Pública. In: MISKOLCI, R. JÚNIOR, J. L. (org.) **Diferenças na Educação**: outros aprendizados. São Carlos: EdUFSCar, 2014, 253 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, pp. 179/191.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: A vontade de saber. 11a Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado.**, Brasília , v. 31, n. 1, p. 25-49, Apr. 2016 .

LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**. V. 19, n.2, 2008, p. 17-23.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed., 3ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 35 – 82.

MARIANO, R. Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada. **Revista USP**. São Paulo. 1996.

MOREIRA, P. R. S; AL-ALAM, C. C. "Já que a desgraça assim queria" um feiticeiro foi sacrificado: curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais (Pelotas - RS, 1879). **Afro-Ásia**, Salvador , n. 47, p. 119-159, 2013.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

REIS, João. Magia jeje : a invasão do calundu de Pasto de Cachoeira, 1785. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH. p. 57-81. p. 78-80.

SILVA, V. G. da. Neopentecostalismo e religiões afrobrasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo\*. **Mana**. 13(1) ed, 2007, p. 207-236.

SILVEIRA, R. M. H.. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. (Tradução: Daniel Grassi). São Paulo, Artmed, 2001.